



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13941 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE INHUMAS: DESAFIOS DA META 3 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Charles Cleio Rodrigues Nascimento - UEG-PPGE - Universidade Estadual de Goiás

Renata Ramos da Silva Carvalho - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS



A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE INHUMAS: DESAFIOS DA META 3 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resumo: Esta pesquisa tem como foco investigar a ampliação do atendimento escolar no ensino médio, com vistas à universalização no município de Inhumas-GO. Apresenta como referência de análise a meta 3 do Plano Municipal de Educação de Inhumas (PME 2015-2025), que está vinculada a meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Tal análise possui como premissa a investigação dos desafios e contradições que perpassam o alcance dessa meta em Inhumas-GO. A meta 3 do PNE (2014-2014) prevê a universalização do acesso escolar aos jovens de 15 a 17 anos, ampliando a taxa líquida de matrícula para 85%. A meta 3 do PME- Inhumas (2015–2025), além de reforçar e defender o mesmo objetivo central, prevê ampliar a taxa líquida de matrículas de 50,7% para 75%. Para tanto, define estratégias para sua efetivação: realizar levantamento situacional dos jovens fora da escola, ou em situação de vulnerabilidade social; assegurar padrões de qualidade do ensino médio, para garantir pluralismo e flexibilidade curricular, a fim de diminuir a evasão; além de participar ativamente das discussões sobre os direitos e objetivos da aprendizagem.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação de Inhumas. Ensino Médio. Universalização.

Este estudo tem como foco investigar sobre a ampliação do atendimento no ensino médio com vistas à universalização em Inhumas-GO, tendo como referência de análise a meta 3 do Plano Municipal de Educação de Inhumas (PME 2015-2025) - que está vinculada também a meta 5 do Plano Estadual de Educação (Ensino Médio) - e meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Essa proposta possui como premissa a investigação dos desafios e contradições que perpassam o alcance da meta do plano municipal de Inhumas.

A meta 3 PNE (2014-2014), que prevê “universalizar, até 2016, o atendimento para toda população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da vigência, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%”, assume dois objetivos principais para sua efetivação: “elevar o percentual dos que frequentam a escola, de forma a incluir 100% dessa população até o ano de 2016; e aumentar para 85%, até 2024, o total dos jovens cursando o ensino médio, que é o nível considerado adequado para a referida faixa etária”.

A meta 3 do PME-Inhumas (2015-2025), vinculada à meta 3 do plano nacional, além de reforçar e defender o mesmo objetivo central, prevê possibilitar a taxa líquida de matrículas de 50,7% para 75% entre jovens de 15 e 17 anos, além de ampliar em 100% o atendimento escolar desta faixa etária no ensino médio, no prazo máximo de cinco anos, a contar do início do plano (2015).

Por meio da experiência em sala de aula, fica perceptível ao professorado a ineficiência dos atendimentos e a precariedade do ensino médio no município de Inhumas-GO, bem como no estado de Goiás e no cenário nacional. As observações e análises até então alcançadas apontam problemas como limitado acesso à escola, baixa quantidade de matriculados, alto índice de não-permanência e conclusão, e pouca diversidade e inclusão.

Ferretti (2018, p. 26) destaca que

[...] ignora-se, também, que o afastamento de muitos jovens da escola e particularmente do ensino médio pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além de [...] buscarem satisfazer necessidades próprias à sua idade e convivência social.

Dessa forma, quais são os desafios e contradições para efetivação da meta 3 do PME-Inhumas (2015-2025)? Aqui se faz necessário avançar na consolidação e no refinamento de processos avaliativos e de construção das políticas públicas educacionais.

A análise global e articulada entre diferentes políticas, programas, ações envolvendo os diferentes entes federados, no que concerne a proposição e materialização, permi[tem] o desenvolvimento de estudos e análises que desvelem a complexa relação entre as opções e prioridades das ações governamentais, os nexos entre o plano, as ações, as políticas e os

programas, os interesses em disputa e os limites decorrentes do contexto em que são forjadas as possibilidades para a concretização das políticas (DOURADO, 2010, p. 694)

Esta pesquisa, de cunho documental, busca promover análises mediante dados e informações estatísticas. Entre os objetivos específicos estão: realizar levantamento bibliográfico sobre o tema; abordar a atual configuração de oferta do ensino médio na cidade de Inhumas; mensurar a evolução das matrículas; bem como compreender e analisar os desafios e contradições que estão relacionados ao cumprimento da meta.

Tendo no postulado teórico autores como Saviani (2013), Dourado (2010, 2017), Ferretti (2018) e Kuenzer (2010), o levantamento bibliográfico inicial coletou estudos por meio de Pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Ao buscar os descritores “ensino médio” e “goiás” foram apresentados um total de 659 resultados, sendo entre estes, selecionados 60 produções. Também com a pesquisa dos descritores “plano nacional” e “ensino médio” foram apresentados 92 resultados, os quais 11 foram selecionados. No Google Acadêmico foram utilizados os descritores “plano nacional” e “meta 3”, destes foram obtidos 133 resultados, dos quais 13 foram selecionados.

Kuenzer (2010) analisa dados e desafios referentes ao acesso e à qualidade do ensino médio no âmbito do PNE anterior (2001-2010). Seu texto discute acerca da estagnação do PNE ocorrida no período, sobretudo, devido inversão da dualidade estrutural (formatação “crítica, intelectual”, para elite, e formação “técnica, profissional”, para classe trabalhadora), mediante a desqualificação da oferta do ensino médio, e as limitações da análise, decorrentes da ausência de uma avaliação consistente do plano.

A fim de conduzir a análise de dados rumo à universalização de um ensino médio de qualidade, tal como preconiza a legislação educacional vigente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelos estudos que subsidiam o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, lançou o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2022). O documento elenca metas voltadas à redução das desigualdades, à promoção da diversidade, à valorização dos profissionais da educação e à ampliação do investimento em educação, e de oportunidades sociais.

Os dados alcançados até o momento sinalizam que o cumprimento da meta pode estar comprometido. De acordo com o relatório, “no que diz respeito ao acesso à escola para a população de 15 a 17 anos, decorridos cinco anos do prazo (2016) estipulado na meta 3 para a universalização, o objetivo ainda não foi alcançado: em 2021, o indicador era de 95,3%” (p.13). Ou seja, após 5 anos, a análise de Taxa de Atendimento Escolar (TAE) estima que 1,2 milhões de estudantes ainda estão fora da escola. E segundo Taxa Líquida de Matrícula (TLM), 30% dos jovens da faixa etária não estão matriculados.

O documento supracitado ainda traz, em súmula, demais conclusões em relação ao cumprimento da meta 3 do PNE. No ano de 2019, enquanto entre os 25% mais ricos o percentual dos que, com idade entre 15 e 17 anos, frequentava a escola era de 98,6%, entre os 25% mais pobres era de 89,6%; nenhuma das regiões brasileiras alcançou, em 2021, a universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos; em 2021, 93,4% da população de 15 a 17 anos residente no campo frequentava a escola ou já tinha a educação básica completa; nas áreas urbanas, o valor era de 95,7%; acesso de negros ainda é 2,0 p.p. (pontos percentuais) menor que o dos brancos.

Diante dos dados, é possível concluir que uma estrutura sociopolítica é necessária para suprir os desafios de expansão das metas. Para Saviani (2013) é essencial o esforço de toda classe escolar, com participação de lideranças, para abrir o diálogo aos alunos e comunidade, além de cada Estado buscar a materialização da meta nacional e de metas específicas. Para tanto, é necessária uma destinação de recursos que assegurem à educação uma estrutura melhor nas escolas, com equipe qualificada para atender os alunos, construção de novas unidades escolares para ampliar o atendimento, e redução dos índices de abandono no ensino médio, para a efetividade de uma escola pública universal, obrigatória e gratuita.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul-set, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (Editora). São Paulo, 2018.

GOIÁS. Lei nº 18.969/2015. **Plano Estadual de Educação (PEE-GO 2014-2024)**. Disponível em <<https://site.educacao.go.gov.br/files/plano-estadual-de-educacao-pee-2015-2015-1.pdf>> Acesso em out. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2021: superando a década perdida?** Educ. Soc. Campinas, v. 13, n. 112, p. 851-873, jul-set, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação do Brasil: abordagem, histórico e situação atual.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, 2013.